

APRESENTAÇÃO¹

Esta edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* reúne oito ensaios, que abordam temas da agenda de estudos e pesquisas da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). Internamente no boletim os ensaios foram divididos em duas seções com quatro textos cada, sendo a primeira intitulada *Consórcios públicos e arranjos federativos* e a segunda, *Políticas públicas no território: diversidade de instrumentos e resultados*. Na primeira seção são apresentados os ensaios que retratam as questões do federalismo sob a ótica dos consórcios públicos e dos arranjos federativos e, na segunda seção, apresentam-se os ensaios com temáticas diversas que trazem resultados relevantes de políticas públicas no território.

O primeiro ensaio, *Os consórcios públicos na agenda federativa de desenvolvimento territorial*, dos autores Constantino Cronemberger Mendes e Erika Araujo, traz uma análise sobre os consórcios públicos no Brasil, sendo enfatizado que, apesar do potencial para reduzir desigualdades regionais e fortalecer o desenvolvimento local, eles enfrentam desafios institucionais, políticos e financeiros, como entraves burocráticos, descontinuidade política e limitações de recursos que prejudicam sua efetividade. Os autores também enfatizam que para os consórcios alcançarem impactos concretos na oferta de serviços e na equidade é fundamental aprimorar as suas governanças, reduzir barreiras e ampliar incentivos, consolidando sua relevância estratégica no desenvolvimento territorial.

O segundo ensaio, de autoria de Manuel Vieira Siqueira de Arantes, *Impacto da adesão a consórcios públicos nas despesas de resíduos sólidos no Brasil*, avalia o impacto da adesão a consórcios públicos intermunicipais de manejo de resíduos sólidos nas despesas relativas das prefeituras. Por meio dos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o autor apresenta amostras de municípios, organizados em consórcios, entre 2002 e 2022, e conclui que, com os dados e a metodologia utilizados, não há relação causal entre consorciamento e despesas.

Por sua vez, o terceiro ensaio, *O Conselho da Federação como indutor da articulação federativa no Brasil*, dos autores Luciléia Colombo e Constantino Cronemberger Mendes, investiga formas institucionais para estimular a cooperação no federalismo brasileiro, com foco no Conselho da Federação como instância de articulação dos interesses divergentes entre os entes federativos. Com base em literatura sobre coordenação federativa e relações intergovernamentais, os autores avaliaram se o conselho consegue propor soluções e integrar interesses em torno de políticas que atendam a todos os entes federados.

Por fim, o último ensaio da primeira seção, *Oferta e demanda de bens e serviços públicos locais: bases para arranjos federativos*, de autoria de Constantino Cronemberger Mendes, Ronaldo Ramos Vasconcellos, Luciléia Colombo, Erika Araujo e Manuel Arantes, analisa a relação entre a capacidade fiscal e demandas socioeconômicas nos municípios brasileiros, utilizando a receita corrente *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das

1. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/brua34apresenta>

Cidades (IDSC). De acordo com os autores, os resultados evidenciaram a necessidade de políticas públicas diferenciadas para reduzir desigualdades regionais, com destaque para o papel dos consórcios públicos na governança federativa, especialmente no Norte e no Nordeste.

A segunda seção se inicia com o ensaio *Diagnóstico e avaliação de governança dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs): análise comparativa entre o FNO, o FCO e o FNE*, dos autores Ronaldo Vasconcellos, Rodrigo Portugal, Claudia Heck, Gislaine Quaglio, Guilherme Lopes e Rafael Gonçalves Gumiero. O ensaio apresenta o balanço dos relatórios formulados para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A metodologia aplicada pelos autores para analisar os relatórios foi organizada pela análise em dimensões, formada pela dimensão da história da trajetória institucional, pela dimensão da governança e pela dimensão da economia.

Logo após, o ensaio de autoria de Márcio Bruno Ribeiro, *Uma análise sobre a intermediação financeira nas regiões brasileiras no período 2016-2023*, discute as evidências sobre a intermediação financeira nas regiões brasileiras para o período de 2016 a 2023, verificando a dinâmica dos depósitos bancários e das operações de crédito dos bancos comerciais atuantes no país. Conforme o autor, os resultados obtidos sugeriram uma maior intermediação financeira no interior das regiões e uma diferença de atuação entre os bancos públicos federais e regionais e privados nas regiões, com maior protagonismo dos primeiros no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul.

Em seguida, o ensaio *Trabalhos preparatórios para atualização do IVS a partir do Censo Demográfico 2022: primeiros passos*, de autoria de Laura Cristina Melo Teixeira, Julia Frederica Effgen e Armando Palermo Funari, apresenta trabalho preparatório para a atualização do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em virtude do aporte de novos dados censitários, advindos da edição de 2022 do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com os autores, para a produção dos resultados, os trabalhos iniciais foram orientados em três frentes: a internalização dos procedimentos, originalmente concebidos em rede, com participação de outras instituições; a compatibilidade das variáveis necessárias ao cálculo do índice ante a necessária adaptação de seus indicadores; e os trabalhos de análise territorial, com a inclusão de cinco novos municípios à base de dados.

Finalmente, o ensaio *Exportações agropecuárias brasileiras: três décadas em perspectiva*, de autoria de Rogério Edivaldo Freitas, analisa a participação dos grupos de produtos agropecuários nas divisas obtidas pelas exportações agropecuárias brasileiras no período 1989-2022, com o objetivo de identificar eventual mudança de perfil das exportações do segmento ao longo do período. O autor destaca que os grupos de produtos com expressivo crescimento nas receitas de exportações agropecuárias brasileiras foram sementes e oleaginosas, carnes e miudezas e cereais. Já o grupo açúcares e confeitaria também apresentou crescimento participativo, porém em menor ritmo.

Ótima leitura!

Antenor Lopes de Jesus Filho
Júnia Cristina P. R. da Conceição
Editor@s